

---

Desemprego, desequilíbrio da balança comercial, aumento do número de concordatas, aumento da pobreza, etc. são fenômenos com os quais também temos que lidar no Brasil e no mundo. No comentário, pode-se ler que as teorias econômicas são incapazes de indicar caminhos para uma verdadeira renovação econômica. Lex Bos, sociólogo, experiente consultor de empresas, palestrante, e um dos fundadores do Banco Triodos, na Holanda, escreveu essa sequência de cinco artigos, para serem publicados no periódico do referido banco. Com autorização especial do autor, que já esteve inúmeras vezes no Brasil, foram publicados na revista Chão & Gente (22 a 26). Como contribuição da **Associação de Pedagogia Social** para o **Fórum Comemorativo dos 100 anos do Pensamento Econômico e Social de Rudolf Steiner** (realizado em outubro 2005 em São Paulo), dedicamos a este o CADERNO 3 DE PEDAGOGIA SOCIAL, por acreditarmos que nele o leitor encontrará estímulos para uma verdadeira renovação econômica.

---

#### PUBLICAÇÕES ANTERIORES:

- Caderno 0 Os Caminhos para a Formação do Pedagogo Social, Lex Bos  
Maio 2004
- Caderno 1 Nada a ver comigo? A sociedade como reflexo do próprio interior, Lex Bos  
Outubro 2004
- Caderno 2 Comunidade e Comunhão, Dieter Brüll  
Abril 2005

ASSOCIAÇÃO DE PEDAGOGIA SOCIAL DE BASE ANTROPOSÓFICA NO BRASIL  
São Paulo  
Contato: [www.pedagogiasocial.com.br](http://www.pedagogiasocial.com.br)  
e-mail: [mariselopes@terra.com.br](mailto:mariselopes@terra.com.br)

CADERNO DE PEDAGOGIA SOCIAL



Associação de Pedagogia Social de Base Antroposófica no Brasil

## UMA REVISÃO DA ECONOMIA

Lex Bos

Caderno 3  
Outubro de 2005



# UMA REVISÃO DA ECONOMIA

Lex Bos

Tradução: Jos Schoenmaker e Marco Bertalot

Essa edição foi coordenada pelo Círculo da Divulgação da Associação de Pedagogia Social de Base Antroposófica no Brasil. Responsáveis: Christian Folz, João Luiz Fonseca, Jos Schoenmaker, Marise Lopes e Valter Gobbo.  
Esta edição: Outubro de 2005



## CONTEÚDO

Parte 1	
As bases do pensamento econômico	3
Parte 2	
Outro enfoque para a questão do trabalho	7
Parte 3	
O papel do Capital	12
Parte 4	
O fluxo das mercadorias	19
Parte 5	
Indicadores para uma renovação social	24

## Parte I

### As bases do pensamento econômico

A revolução industrial que se iniciou na Inglaterra na segunda metade do século XVIII introduziu uma nova fase da história. A tecnologia moderna alia-se a novas formas de divisão do trabalho. Produtos de origem industrial formam a base para o comércio mundial emergente. Em consequência, rompem-se as velhas estruturas feudais, as tradicionais guildas e as imposições da Igreja sobre as organizações de trabalhadores. Surge o capitalismo moderno: a organização empresarial da produção e o comércio anônimo baseado na concorrência.

Adam Smith procura a causa para esse fenômeno de desenvolvimento e bem-estar. Em 1779 ele escreve o seu livro "Inquiry into the cause of the wealth of nations". A sua conclusão é a seguinte: "se todos - tanto empresários quanto trabalhadores e consumidores - se empenharem da forma mais intensa e conseqüente possível pelo seu interesse próprio, disso resultará automaticamente o bem-estar geral". Smith fala sobre uma "mão invisível", um tipo de mecanismo econômico, a partir do qual, como por mágica, da soma dos egoísmos resulta o bem-estar comum.

Entrementes, trabalhamos durante dois séculos dentro dessa concepção. Generalizando, podemos dizer que as seguintes conclusões resultam dessa nossa experiência:

- as diferenças entre ricos e pobres aumentam cada vez mais e com elas também as tensões sociais;
- bem-estar econômico parece ter aumentado, mas apenas do ponto de vista material e sempre às custas do bem-estar geral. Dessa maneira, aumentam as tensões psicológicas;



- mencionado sistema leva à exploração e à destruição intensiva da terra. Em consequência, aumentam os problemas ecológicos;
- “a mão invisível” parecia primeiramente entrar em ação através das organizações dos trabalhadores, que se tornavam cada vez mais fortes e que tinham cada vez mais poder para regulamentar. A seguir, acabou revelando-se que esse “poder invisível” era o aparelho governamental que regula, interfere, controla e domina.

Acabamos de caracterizar a nossa estrutura econômica. Se nos detivermos um pouco mais, descobriremos que existem três componentes essenciais:

**1-** Por um lado, trata-se de uma *produção de caráter empresarial*, o que significa que o trabalho é organizado através do capital. Empresários atraem capital e organizam os fatores de produção. Os lucros resultantes desta produção são apropriados por eles em função do seu direito de propriedade sobre o respectivo capital.

**2-** Por outro lado, *trabalhadores* procuram vender o seu trabalho o mais caro possível. Eles se consideram proprietários de suas capacidades e procuram, no mercado de trabalho, o melhor pagamento possível. Atualmente estas negociações acontecem, mais ou menos coletivamente, entre sindicatos patronais e de empregados.

**3-** Em terceiro lugar, os produtos dessas empresas modernas são comercializados em um mercado anônimo. Os preços se formam em consequência do mecanismo da oferta e procura.

Temos então três componentes:

**Capital:** lucro, propriedade sobre os meios de produção.

**Trabalho:** capacidade de seres humanos, salário, exigências do trabalho.

**Mercadorias:** fluxo de bens, preços, mercado.

Se, em função dos sintomas que a nossa estrutura econômica apresentou nos seus dois séculos de funcionamento, devemos reconhe-

cer que ela está doente, então poderemos pensar também que os três componentes citados poderiam servir de “gancho” para a cura dessas distorções!

Em 1919 Rudolf Steiner desenvolveu em seu livro “Pontos centrais da questão social” aspectos relacionados com a trimemoração do organismo social. Em 1922, num ciclo de palestras sobre economia mundial, ele falou, entre outras coisas, sobre a necessidade de uma reforma da natureza do dinheiro. Todas estas abordagens nos servem como orientação para o trabalho com muitos grupos que procuram renovação econômica.

Quatorze anos antes, ou seja, em 1905, Steiner dedicou-se, pela primeira vez, ao tema da questão social a partir da Antroposofia. Nestes artigos ele formulou o que ele mesmo denominou **A Lei Social Principal**. Com este enunciado ele se contrapôs frontalmente à referida conclusão de Adam Smith. Essa lei social, que Steiner formulou, diz o seguinte:

**“O bem-estar de um grupo de pessoas que trabalham em conjunto é tanto maior quanto menos o indivíduo exigir para si os resultados do seu trabalho, ou seja, quanto mais ele ceder estes resultados aos seus colaboradores e quanto mais as suas próprias necessidades forem satisfeitas, não pelo seu próprio trabalho, mas pelo dos outros”.**

Steiner afirmou que esta lei atua sobre o organismo social com a mesma obrigatoriedade que uma lei natural age na natureza. Esta lei não tem um cunho moralizante, mesmo que fale dos efeitos sociais das ações individuais. Steiner disse que o ser humano pode reconhecer o porquê da validade desta lei, e que podemos reconhecer por que um comportamento associal egocêntrico “no sentido de Adam Smith” leva às consequências que hoje vemos ao nosso redor. Também podemos entender que o ser humano autoconciente, emancipado justamente em consequência da sua consciência, ainda apresenta elementos sociais nas suas ações e que seria uma ilusão querer modificá-los de uma hora para outra. Estes dois aspectos, que podemos reconhecer, podem convencer-nos a participar da criação de intuições e de estruturas que impeçam que a lei social atue de forma negativa ou, formu-



lado ao contrário, de instituições e estruturas que favoreçam uma ação da lei social no sentido positivo.

Falando concretamente, isto significa gerar instituições, acordos, estruturas e leis com relação a:

**Capital.** As instituições neste campo têm a ver com direito de propriedade sobre bens de capital, imóveis, terras, etc. Também têm a ver com a questão do lucro de uma empresa no sentido de entender a sua origem e qual deveria ser o seu destino.

**Trabalho.** Estas instituições têm a ver com a relação entre trabalho e salário, com a questão dos critérios a serem levados em conta para definir o montante do salário e da fonte a partir da qual este salário deve ser pago.

**Mercadorias.** Estas instituições devem tornar transparente o fluxo das mercadorias, devem eliminar ao máximo o anonimato no mercado e devem possibilitar uma formação consciente dos preços entre produção, comércio e consumo, em vez de entregá-los ao mecanismo inconsciente da demanda e da procura. Estas instituições foram chamadas por Steiner *associações econômicas*.

Leitores atentos não de perceber que Steiner, ao formular a Lei Social, repetiu aparentemente três vezes a mesma coisa. Mas cada vez ele o fez com outras palavras e dessa forma já indicou os pontos de partida necessários para três instituições associativas acima mencionadas.

Numa sequência de mais quatro artigos abordaremos concretamente estas instituições, que serão analisadas do ponto de vista das possibilidades que temos para realizá-las passo a passo. Como já dissemos, estas mesmas instituições fornecem critérios para grupos que queiram atuar em favor de uma renovação econômica.

## Parte II

# Outro enfoque para a questão do trabalho

No artigo anterior descrevemos como a economia ainda se baseia nos princípios que Adam Smith enunciou há dois séculos. Em consequência disso, o interesse próprio tornou-se o princípio que norteia as ações humanas na vida social.

A intervenção reguladora do estado - em benefício do bem comum - abre o caminho para que o mecanismo burocrático invada todos os campos da vida humana.

A argumentação central do artigo anterior foi a seguinte:

- Devido ao processo histórico de individualização, o ser humano ainda apresenta fortes impulsos anti-sociais no seu agir.
- A vida econômica é a que menos suporta este comportamento anti-social, pois a divisão do trabalho nesta esfera exige uma grande moralidade; cada um trabalha para satisfazer as necessidades do outro.
- Ser humano pode reconhecer este fato e contribuir para criar instituições<sup>1)</sup> que afastem o interesse próprio dessa esfera.

Dissemos também no artigo anterior que essas instituições são necessárias nos âmbitos do fornecimento de capital, da aplicação de trabalho e da circulação de mercadorias.

Neste artigo queremos dizer algo sobre as instituições relacionadas com o fator trabalho.



O trabalho baseia-se em três pilares: as capacidades dos seres humanos, o trabalho que estes realizam e a remuneração que os mesmos recebem.

Os empresários traduzem as necessidades do consumidor desenvolvendo produtos, organizando um processo de produção e oferecendo emprego. Os seres humanos capacitados candidatam-se. As condições em que este trabalho é realizado são negociadas. O resultado é o salário. Neste artigo o salário será tratado como o representante das condições de trabalho em geral.

Observemos as características destes três pilares do sistema de trabalho e as suas interrelações.

Vejamos primeiro os "sistemas" por trás destes três pilares: O sistema educacional que fornece capacidades, a organização do trabalho que fornece trabalho, e o sistema de remuneração que gera o pagamento do trabalho. Notamos que os três elementos estão estruturados segundo um princípio hierárquico.

O sistema educacional, do jardim ao nível universitário, está plenamente organizado em graus, como uma escada. Cada grau tem as suas exigências para admissão, tendo também o seu próprio controle de conclusão com suas interconexões, estudos intermediários (p.ex: cursinhos) e outras barreiras.

Também o sistema de trabalho está fortemente estruturado em princípios hierárquicos, do diretor ao trabalhador, com todos os seus graus intermediários providos com símbolos de "status" e títulos de qualificação.

Se olharmos para o sistema salarial, veremos também as escalas salariais com seus níveis de bonificação.

Vejamos agora as relações entre os três elementos. Basta olharmos para os classificados de empregos para vermos como eles estão fortemente interligados: um determinado nível na formação profissional (técnico, superior, doutoramento etc.) dá acesso a um determinado

nível na estrutura de trabalho, por exemplo, analista, diretor de empresa, funcionário de guichê, assistente de formação etc. Em geral está indicado também o nível salarial correspondente.

Todo o setor do trabalho nos aparece como uma construção rígida caracterizada por uma estrutura hierárquica de relações mecanicistas.

A estrutura hierárquica é um resquício da estrutura de uma ordem social feudal, que, por sua vez, encontra sua origem na teocracia. Na época esta representava uma realidade espiritual, hoje é um anacronismo.

Todos estes aspectos, que hoje em dia são administrados de acordo com modelos que seguem estruturas de estamentos ou estruturas elitistas, ou de justiça classista, contrastam totalmente com os sentimentos mais elementares de justiça e o livre desenvolvimento da personalidade.

O entrelaçamento mecanicista dos três componentes do trabalho constitui o instrumento de um Estado totalitário e de seu domínio burocrático. Quem acompanha o jogo das autoridades estatais, por exemplo para controlar o sistema educacional ou de saúde, pode ver esse mecanismo em ação: desde as exigências de formação, por exemplo, de professores ou médicos, às exigências para a contratação e respectivos salários (exigências para aposentadoria ou fundos de seguro saúde). Com esse tipo de medidas, o mencionado triângulo fica "engessado". As organizações petrificam e os seres humanos tornam-se funcionários.

Por trás destes entrelaçamentos encontramos verdadeiros paradigmas, concepções não expressas. Por exemplo, a vinculação entre capacidade e trabalho tem por trás a concepção que o sistema de ensino no fundo é um mero fornecedor de capacidades para o sistema de trabalho. Não se aprende, porque é bom ou interessante, mas para preencher os espaços criados pelo sistema de trabalho. A vida econômica procura dominar cada vez mais o sistema educacional, ao prescrever cada vez mais o seu "output". Por trás da vinculação entre capacidade e trabalho, temos o paradigma que a força de trabalho é mercadoria. Capacidades podem ser vendidas num mercado de trabalho. O preço (o salário) osci-



la (limitadamente) entre a oferta e a procura.

Atrás do vínculo entre remuneração e trabalho esconde-se a concepção que as maiores responsabilidades, exigidas nos níveis hierárquicos superiores, somente serão assumidas se, em contrapartida, os salários forem maiores. Portanto, o que temos de fato é uma determinada concepção sobre o que motiva o ser humano e sobre as condições em que os seres humanos estarão dispostos a assumir certas tarefas. Também podemos dizer que ela constitui o instrumento de manutenção da unidade de um sistema hierárquico de poder.

Com isso, trouxemos à tona três paradigmas:

- Aprender é meio para uma meta de trabalho;
- Força de trabalho é mercadoria;
- Diferenças salariais são o único meio para manter um sistema de poder (a hierarquia do trabalho).

O sistema também age de forma a permitir que os paradigmas se entrelacem e se reforcem reciprocamente:

- A vida econômica suga cada vez mais o setor de ensino e, em consequência, o significado intrínseco do aprender diminui cada vez mais, dando a ele um caráter de meio para um fim.

Pelo fato de a pirâmide de trabalho (leia-se estrutura de poder) se basear em diferenças (salário material e imaterial), essas diferenças se tornam cada vez mais importantes para manter o sistema.

Tratar a força de trabalho como mercadoria tem como consequência o fato de que as pessoas se tornam cada vez menos interessadas naquilo que podem fazer para os outros com o que aprenderam, e cada vez mais no que elas próprias podem ganhar com isso.

Dos três, o paradigma da força de trabalho como mercadoria é o mais atuante. Antigamente, o ser humano como um todo, corpo, alma e espí-

rito, era considerado mercadoria (escravidão). A seguir, veio a fase em que o seu corpo não podia mais ser vendido, mas, ainda assim, encontrava-se sob a esfera de influência do senhor feudal (servidão, vassalagem). Atualmente, como último resquício, somente a capacidade espiritual ainda está à venda (mercado de trabalho).

As instituições que são necessárias para libertar da esfera de domínio da vida econômica, esse último resquício do ser humano trabalhador, têm a ver com o desentrelaçamento entre trabalho, remuneração e capacidade. Está em plena discussão a questão do salário básico, garantido independentemente da formação profissional e da contribuição econômica.

Visto que tal desentrelaçamento atinge os fundamentos do nosso sistema capitalista, teremos ainda que esperar um tempo até que se consiga neste aspecto, em nível nacional, um passo significativo. Felizmente existe um número crescente de pessoas que não esperam este momento mas que saem fora das estruturas do sistema buscando relações completamente diferentes entre os três elementos, por exemplo: procurando definir a remuneração, mais em função das necessidades, orientar o aprendizado, mais em função do desenvolvimento livre das capacidades e organizar o trabalho, mais em função das necessidades do cliente. A partir destas três novas orientações surgem formas completamente novas de interações saudáveis desses três componentes.

Atualmente temos muitas pessoas que procuram experimentar um novo sistema de trabalho. Pessoas que criam por conta própria instituições para evitar que a vida econômica seja intoxicada por forças anti-sociais. É neste sentido que olhamos para a renovação social do ponto de vista do sistema de trabalho.



## Parte III

# O papel do Capital

No primeiro artigo caracterizamos a economia de três formas:

- 1- Bens de Capital organizados por empresários;
- 2- Trabalhadores que oferecem sua força de trabalho para estes sistemas de trabalho e suas respectivas máquinas em troca de pagamento;
- 3- O fluxo de mercadorias que atinge o consumidor através de um mercado anônimo com preços dependentes do mecanismo da lei de oferta e procura.

O capital, o trabalho e a mercadoria são os três pilares do edifício econômico atual. Se ele está cambaleante e mostra carências sérias, isto nos faz suspeitar de que existam falhas fundamentais na construção dos pilares.

No primeiro artigo dissemos que pretendemos analisar estes três pilares sob a luz da Lei Social Principal enunciada por Rudolf Steiner, que diz o seguinte: "O bem-estar de uma integralidade de pessoas que trabalham em conjunto é tanto maior quanto menos o indivíduo exigir para si os resultados de seu trabalho, ou seja, quanto mais ele ceder estes resultados aos seus colaboradores e quanto mais as suas necessidades forem satisfeitas, não pelo próprio trabalho, mas pelo dos outros."

A pergunta que embasa a nossa pesquisa diz o seguinte: Será que os três pilares de capital, trabalho e circulação de mercadorias alicerçam a economia de tal forma que a Lei Social possa agir no sentido positivo?

No segundo artigo voltamos o nosso olhar para o setor do trabalho.

Identificamos os componentes que sustentam este setor do trabalho: capacidades, funções e remuneração. Por trás destes aspectos encontramos sistemas hierárquicos: a escala do sistema de ensino que produz capacidades, as organizações hierárquicas que fornecem funções e a gradação da remuneração que define os salários. Os três componentes do sistema do trabalho se mostraram acoplados mecanicisticamente.

Quem atingiu um grau na escala educacional tem acesso automaticamente, a um determinado nível de funções, que, por sua vez, define diretamente uma determinada remuneração. Este sistema fortalece em grande medida o egoísmo interessado na remuneração. Dirige o aprendizado em busca da valorização no mercado de trabalho, esquecendo o fato de que o trabalho tem a ver com a satisfação de necessidades de outras pessoas.

Neste artigo indicamos a necessidade de desacoplar os três componentes. A própria lei social principal pode nos indicar como a formação profissional, o trabalho e a remuneração se relacionam.

No presente artigo queremos encarar o âmbito de atuação do capital. O termo capitalismo é uma palavra com conotação política e carregada de emoções. No entanto, por si só ela não dá motivos para tal. A palavra aponta para o fato de que alguém requisita para sua empresa a utilização de meios de produção de outras pessoas e que estas, em troca, tem o direito de participar dos resultados. O primeiro exemplo é a Companhia das Índias Orientais (1602). Para financiar esse empreendimento de risco, fundou-se uma sociedade anônima. O capitalismo começa, em geral, com a formação de capital comercial. Mais tarde o financiamento se volta para empresas com caráter industrial. Dessa forma, surge o capital industrial. O princípio continua o mesmo: é o financiamento dos meios de produção.

Para compreendermos por que este fenômeno traz consigo esta carga emocional e política, temos que observar com mais atenção como funciona este setor do capital, ou seja, analisar quais as instituições



que permitem às empresas conseguirem o seu capital. Veremos que estas instituições fazem com que a lei social principal atue de forma negativa. Uma empresa pode através de três caminhos conseguir o capital de que necessita. Naturalmente existem várias formas intermediárias, mas, essencialmente, são três as fontes: ações, empréstimos, lucros.

1- Ações - as empresas podem organizar-se sob a forma de sociedades abertas ou fechadas que oferecem ações de participação no capital. Dessa forma, o público fornece o capital necessário à empresa. Este capital participa do risco. Os dividendos variam de acordo com o resultado da empresa.

2- Empréstimos - as empresas podem conseguir empréstimos nos bancos ou órgãos governamentais. Estes não assumem participação no risco da empresa. Em geral, a empresa paga um percentual fixo.

3- Lucro - as empresas podem reaplicar o seu excedente, ou seja, podem não distribuir ou doar este excedente, mas aplicá-lo como capital próprio, mantendo-o na empresa. Este capital participa do risco, mas não tem a obrigação de render dividendos.

Nossa economia está organizada de tal forma que estes itens acabam favorecendo tendências anti-sociais. Neste sentido, queremos analisar melhor os três elementos do sistema de capital.

1- Ações - o fornecimento de capital de risco está diretamente ligado com títulos de propriedade, com poder. Quem possui ações possui o direito de decisão. O fato de se procurar, em muitos casos, e através de vários expedientes, manter os acionistas "fora da sala de decisão", para que os empresários possam tranquilamente seguir o seu curso, não muda este princípio. Através da instituição das ações, as empresas se transformam em mercadorias. O seu preço é negociado nas bolsas de valores. As empresas podem ser representadas por outras empresas, que por sua vez podem comprá-las e subdividi-las etc. Dessa forma, abre-se a possibilidade para a concentração de poder, para o imperialis-

mo econômico, e para a formação de empresas multinacionais. A força propulsora é o rendimento sobre o capital investido. Nestes casos, não se pode falar de uma verdadeira relação entre o fornecedor de capital e a empresa em que este capital atua. Ainda menos podemos falar de um sentimento de responsabilidade perante as conseqüências humanas e sociais deste empreendimento em questão. De fato, é uma sociedade "anônima", um fenômeno "sem eu", que na prática perde a sua transparência para a consciência humana.

2- Empréstimos - Os bancos atuais se transformaram em instituições comerciais, da mesma forma que as empresas financiadas por eles. Frequentemente têm uma estrutura de Sociedade Anônima na qual tanto os aplicadores como os investidores podem esperar um rendimento significativo sobre o seu capital. Os poupadores também olham para os bancos com a mesma expectativa. O banco se colocou como um enorme aparelho entre a massa dos poupadores anônimos, de um lado, e as sociedades anônimas que necessitam de créditos, de outro. Os poupadores se interessam por juros altos e os tomadores de empréstimos, por juros baixos. O banco procura colocar-se no meio, preocupado em fazer render o seu próprio capital. Trata-se de um processo bastante mecanicista, que ocorre no âmbito dos números: rendimentos, balanços, índices etc. Dessa forma, coloca-se um véu diante da realidade social e humana. Pelo fato de também os bancos serem sociedades anônimas, eles acabam somente fortalecendo a consequência descrita no item acima sobre as ações.

3- Lucro - as empresas podem compor a sua necessidade de capital também através do reinvestimento (de uma parte) do lucro, não o distribuindo integralmente aos acionistas e aos trabalhadores e também deixando de realizar doações, ou seja, aplicando-as na própria empresa. Isto tem uma dupla vantagem, pois se trata de capital próprio, o que aumenta a independência. Porque o capital externo sempre torna a empresa dependente dos seus respectivos fornecedores. Em segundo lugar, a empresa, desta forma, não é obrigada a apresentar os seus planos de investimento para o banco, caso tenha de comple-



tar o seu capital através de um empréstimo. Apresentar um plano ao banco significa assumir responsabilidades externas. Estar sujeito a observações críticas de uma instância externa. Isto também cria dependência. Portanto, as duas vantagens que uma empresa vê ao reaplicar o lucro dentro da própria empresa são de caráter associal. De fato, é associal toda busca por uma autonomia, por uma independência, por evitar o diálogo, nos dias atuais, em que a economia é baseada na divisão do trabalho.

Existe mais um aspecto importante na questão do lucro. Como é que se origina o lucro? Esta pergunta teve um papel importante desde o surgimento do movimento sindical. Nossa resposta é a seguinte. Lucros indevidos podem surgir pelo fato de os trabalhadores não receberem uma remuneração adequada, ou de os fornecedores e clientes terem de pagar preços muito altos ou receberem preços muito baixos, ou pela especulação, etc. Quando estes aspectos não ocorrem, o lucro de uma empresa industrial surge como uma consequência natural da ação do espírito humano sobre o processo de produção. Os sistemas nacionais do trabalho, as ferramentas, as máquinas, os meios de produção, constituem, por assim dizer, inteligência humana materializada. Em toda parte onde entra em ação, ela age economizando trabalho, e esta ação se manifesta em excedentes, que sobram mesmo depois de um pagamento adequado e justo dos outros fatores. Qual seria o destino óbvio destes excedentes? O campo em que se originaram: a vida espiritual. A totalidade da criatividade humana tem a sua fonte no conjunto das atividades relativas à educação, à religião, à criação artística, à saúde e a outras atividades. Por isso, os lucros deveriam tornar a fluir, partindo da vida econômica, para a vida espiritual, permitindo que esta, de uma forma livre, possa novamente fertilizar a economia. Atualmente, isto já ocorre através do Estado por meio dos impostos. No entanto, boa parte destes recursos fica retida no aparelho estatal, e surge também uma interferência burocrática das autoridades estatais sobre a vida espiritual. Do ponto de vista da sociedade, o reinvestimento dos lucros no próprio empreendimento, , significa que esta empresa contribui para uma subnutrição da vida espiritual e para o crescimento exagerado e "descontrolado" da vida econômica.

Resumindo o que foi dito até agora, temos a seguinte imagem: As instituições que criamos para satisfazer as necessidades de capital das empresas têm as seguintes consequências:

- A busca pessoal pelo poder e por vantagens próprias são estimulados a partir da empresa;
- O egoísmo da empresa pode manifestar-se, por exemplo, evitando a responsabilidade com a sociedade;
- A vida econômica sobrepuja e asfixia a vida espiritual.

Através da instituição do sistema de ações, de empréstimos em bancos comerciais e do reinvestimento do lucro, a lei social principal entra negativamente em ação nas três dimensões: pessoal, empresarial e da própria sociedade como um todo. As consequências desastrosas são cada vez mais visíveis.

Se quisermos procurar instituições do setor de capital que façam a lei social atuar no sentido positivo, teremos de pensar no seguinte:

- colocação de capital de risco à disposição da empresa, em princípio sob a forma de dinheiro de doação, através do qual em todo caso não possa ser exercida qualquer forma de poder sobre a condução da empresa.
- neutralização dos direitos de propriedade sobre os bens de capital. Aqueles que trabalham com os meios de produção têm o direito de uso, o qual não significa direito de propriedade.
- instituições que possam conduzir os lucros empresariais de uma forma sensata para a vida espiritual. Neste caso, as empresas devem ter a segurança de obter créditos em condições acessíveis.
- grupos de consumidores que possam julgar a verdadeira necessidade dos investimentos (vide o próximo artigo).



Quem observar, por exemplo, as atividades do Banco Triodos, da Holanda, poderá perceber que se orientam pelos aspectos acima mencionados, no sentido de contribuir para o desenvolvimento do sistema de capital, de forma coerente com a Lei Social Principal.

## Parte IV

### O fluxo das mercadorias

No primeiro artigo, caracterizamos a vida econômica como um conjunto de meios de produção utilizados por pessoas que trabalham e produzem um fluxo de mercadorias. Nessa descrição, apresentamos três conceitos centrais: Capital, Trabalho, Mercadorias. Ao redor destes três temas centrais da vida econômica, surgiu uma série de formas organizacionais, instituições e leis. Associamos os três à palavra *sistema*, de maneira que podemos falar sobre um sistema de capital, um sistema de trabalho e um sistema de mercadorias. Dado que a economia como um todo passa por uma crise séria, surge a pergunta se os pensamentos que formam a base desses sistemas estão corretos. Se pensamos de forma errada, estaremos criando uma realidade adversa, inefetiva e inviável para se viver. Um engenheiro que pensa erradamente será rapidamente corrigido pelas condições da realidade: a ponte que ele construiu cairá. Na vida social pode transcorrer um longo período de tempo antes que se perceba a ineficácia de pensamentos incorretos. Também transcorre um certo período de tempo antes que as pessoas se disponham a reconhecer esses erros e a aceitar que é necessário mudar os pensamentos.

No primeiro artigo, citamos a Lei Social Principal enunciada por Rudolf Steiner em 1905, com a qual ele se opõe radicalmente à posição adotada por Adam Smith.

Adam Smith - o pai espiritual do nosso sistema capitalista atual - escreve em 1779 que "...se cada um, tanto empresários, trabalhadores como consumidores se empenharem, da forma mais intensa e conseqüente possível, pelo seu interesse próprio, isto resultará automaticamente em bem-estar geral".

Steiner escreve em 1905: "O bem-estar de uma integralidade de pessoas que trabalham em conjunto é tanto maior quanto menos o indi-



víduo exigir para si os resultados de seu trabalho, ou seja, quanto mais ele ceder esses resultados aos seus colaboradores e quanto mais suas necessidades forem satisfeitas, não pelo próprio trabalho, mas pelo dos outros”.

Nos últimos dois artigos, procuramos analisar até que ponto o sistema do capital e o sistema do trabalho estão organizados em função do pensamento de Smith e quais as instituições necessárias para que a Lei Social Principal de Steiner atue de forma positiva. No presente artigo, queremos fazer o mesmo com relação ao sistema das mercadorias.

O fluxo das mercadorias da vida econômica tem a sua origem nos produtores, movimenta-se através do atacado e do varejo (distribuição e transporte), terminando no consumidor. Antes de iniciar-se este fluxo de mercadorias, acontecem duas atividades importantes: a percepção das necessidades dos consumidores e a elaboração de um plano de produção que se volta para a satisfação dessas necessidades. No momento em que se inicia o fluxo de mercadorias, assume um papel central o mecanismo do mercado. Trata-se do espaço onde os consumidores em potencial e os bens produzidos se “encontram” e onde acontece a troca de fato entre o dinheiro e esses bens.

Do ponto de vista do nosso sistema de produção ocidental, temos as seguintes características:

- *Os consumidores formam uma massa anônima*; cada um procura pagar o mínimo possível. A percepção das necessidades do consumidor se dá através da compra ou não dos produtos e de eventuais reclamações. A maior ou menor demanda provoca a variação dos preços e regulamenta as atividades empresariais. A percepção das necessidades acontece, de fato, através do mecanismo anônimo do mercado.
- *Os produtores elaboram os seus planos de produção baseados em decisões empresariais internas*. É até mesmo proibido entrar em acordo com os outros produtores, pois isso levaria à formação disfarçada de cartéis. Nosso sistema está baseado na concorrência. Cada empresa elabora para si o seu próprio plano de produção e concorre com outras empresas num mercado anônimo.

• *O comportamento imprevisível e inconstante do consumidor anônimo no ato da compra e a descoordenação entre os produtores dentro de um setor, tornam difícil controlar o processo como um todo*. Para os empresários há um grande risco. Eles querem controlar todos os processos, desde a produção e o comércio até o consumo, para torná-los transparentes. A forma pela qual atuam leva ao *exercício do poder*. Trata-se de uma terceira característica que queremos destacar e que se apresenta de três formas:

- *Fusões*. Através deste mecanismo, as empresas podem impor sua vontade sobre aquelas com as quais não querem trabalhar em conjunto. Este processo provoca uma concentração cada vez maior das empresas.
- *A realização da comercialização por conta própria*, para poder dirigir o fluxo dos próprios bens. Daí surge a luta de poder pelo mercado.
- *A influência direta sobre o consumidor*, via propaganda cada vez mais agressiva o consumidor sente-se manipulado e procura organizar-se no sentido de uma polarização, com tendência ao confronto (“consumidores de todos os países, uni-vos contra os maus produtores”).

Não é difícil reencontrar nestas características os efeitos da filosofia básica de Adam Smith. Todos os problemas do atual sistema de mercadorias são consequência do excesso de produção de mercadorias e da má qualidade, que atendem a necessidades impróprias despertadas artificialmente.

Se, por um lado, no sistema capitalista privado ocidental temos a ênfase na função da ‘percepção’ (via mecanismos de mercado), temos, por outro lado, o capitalismo estatal oriental com ênfase na função do planejamento: um plano de produção central é elaborado para a economia como um todo. Conhecemos bem as formas burocráticas, o desperdício e a produção não orientada para necessidades existentes que resultam desse sistema. Em consequência, temos o desequilíbrio e a caotização do fluxo das mercadorias.

Agora queremos nos ocupar com a seguinte questão: que instituições temos que criar para que esse fluxo das mercadorias aconteça no sentido da Lei Social Principal? Em outras palavras: quais são os contornos de um sistema de mercadorias? Na sequência deste artigo,



citaremos três tipos de intuições e medidas a serem adotadas. Temos que levar em conta que elas se tornam possíveis desde que as medidas correspondentes também sejam tomadas no sistema do capital e no sistema do trabalho. No próximo e último artigo queremos mostrar como as instituições dentro dos diferentes sistemas se viabilizam mutuamente e só podem surgir passo a passo a partir dessa interdependência. Para o sistema das mercadorias vemos a necessidade de três tipos de 'instituições':

- *Órgãos de consumidores.* Os consumidores podem exercer um papel bem mais consciente e ativo no que diz respeito à percepção e à conscientização das necessidades existentes. Esta atividade não precisa necessariamente desembocar em defesa agressiva dos próprios interesses. Entrementes, já temos alguns exemplos: o movimento de donas de casa, fundações para a qualidade da habitação, associações desportivas etc. Só que estas instituições deveriam tornar-se parte constituinte do sistema de mercadorias, dispostos a participar de um diálogo construtivo com os produtores. Também não é possível exigir que todos os consumidores tenham o máximo de consciência direta das consequências do seu comportamento no ato da compra. Consumidores também podem realizar parcerias com agentes, profissionais liberais independentes que possam realizar pesquisas de mercado e representar o consumidor no papel de interlocutor com os produtores.
- *Coordenação setorial.* A coordenação do planejamento conjunto em nível setorial é absolutamente necessária para que as capacidades disponíveis sejam calibradas e dirigidas da forma mais eficiente possível para atender às necessidades identificadas. Neste planejamento e coordenação conjunta, pode surgir o reconhecimento de que o conjunto das capacidades disponíveis num determinado setor pode ser ampliado ou, ao contrário, gradativamente diminuído através de sua transferência para outros setores, com todas as consequências sobre investimentos, depreciação acelerada, transferência ou reprofissionalização de trabalhadores etc. Atualmente vemos esta coordenação e planejamento setorial surgir forçados pela necessidade e sob a tutela das autoridades governamentais. As instituições e medidas propostas para o sistema de capital e para o sistema de trabalho criam as condições para o surgimento de uma predisposição espontânea para a coordenação associativa setorial.
- *Negociação associativa entre produção, comércio e consumo.* A

partir do momento em que as citadas instituições e medidas foram criadas nos dois pólos extremos do fluxo de mercadorias, pode surgir a negociação associativa "ao longo da cadeia", entre produtor, comerciante e consumidor. Por um lado, isto implica o estabelecimento de acordos mais ou menos concretos. Por exemplo, a definição de compromissos mais ou menos rígidos com respeito à quantidade, qualidade e às condições de fornecimento, no âmbito do fluxo das mercadorias.

Por outro lado, isto também implica uma avaliação dos processos que ocorrem no mercado. Uma economia associativa também pressupõe a existência de atividades de mercado. Não devemos imaginar, por exemplo, que a produção ocorreria apenas em função de encomendas feitas pelos grupos de consumidores. O comércio e o mercado continuam exercendo uma função essencial no sentido de estabelecer ligações e pontes entre o produtor e o consumidor, participando até mesmo da formação do preço que surge nesse mercado. A grande diferença é que este fato não é tratado como assunto que diz respeito apenas aos empresários, cada um reagindo por si. Trata-se de uma questão que é percebida através da atividade de planejamento associativo, negociação associativa, e que passa a ser assimilada como aprendizado por todos os envolvidos.

No próximo artigo apresentaremos um resumo das "Instituições" do sistema de capital, do sistema de trabalho e do sistema de mercadorias, relacionando-as entre si. A partir do conjunto destas instituições, encontraremos indicadores que permitem situar em que medida empreendimentos trazem uma contribuição para uma renovação da nossa sociedade.



## Parte V

# Indicadores para uma renovação social

Esperamos que os artigos anteriores sobre a economia subdividida em seus três subsistemas de capital, trabalho e mercadoria tenham deixado claro que a Lei Social Principal formulada por Rudolf Steiner nos indica direções para a adoção de medidas que favoreçam uma renovação da sociedade. No primeiro artigo mostramos como esta lei social principal aparentemente diz três vezes a mesma coisa apenas em outras palavras, enquanto, de fato, a formulação trimembrada representa a chave para os três tipos de instituições que devemos criar, para que esta lei atue no sentido positivo. Quando falamos sobre instituições, referimo-nos a todo tipo de acordo e regulamentação e procedimentos que coordenam a vida e o trabalho das pessoas em conjunto.

Citaremos novamente estas leis, mas agora distinguindo suas partes: *O bem-estar de uma integralidade de pessoas que trabalham em conjunto é tanto maior.*

1. *quanto menos o indivíduo exigir para si os resultados de seu trabalho.* Esta parte fala sobre os resultados da produção individual; ela aponta para a criatividade espiritual no campo do Capital.

2. *ou seja, quanto mais ele ceder os resultados a seus colaboradores.* Esta parte da frase acentua o grupo de colaboradores, a integralidade de pessoas que trabalham em conjunto. Ela aponta, portanto, para o fator Trabalho.

3. *e quanto mais as suas necessidades forem satisfeitas não pelo próprio trabalho mas pelo dos outros.* Além dos elementos citados nos itens 1 e 2 acima, as prestações, o trabalho e os (colaboradores), temos nesta parte da frase as necessidades que devem ser satisfeitas. Com isso temos a indicação para o fluxo de mercadorias.

As três frases apontam para o capital, o trabalho e as mercadorias, mas a forma como fluem uma para dentro da outra e como entrelaçam, já mostra como as três esferas do capital, do trabalho e das mercadorias são interdependentes, ou - para expressá-los em termos da trimembração social - quanto estão entrelaçadas a vida espiritual/cultural, a vida dos direitos e a vida econômica.

A seguir resumiremos as instituições que encontramos para os três sistemas.

Com relação ao *sistema de capital*, falamos de três tipos de instituições:

1. Instituições que impossibilitem o "reinvestimento" de uma parte imprópria do lucro na própria empresa. Em outras palavras, instituições que possibilitem que a vida espiritual cultural floresça através de recursos de doação.

2. Instituições que impossibilitem que provedores de capital tenham o poder sobre os meios de produção; em outras palavras, instituições que neutralizem o direito à propriedade, do ponto de vista do direito romano, e com isso abram o caminho para aqueles que podem trabalhar com os meios de produção.

3. Instituições que possibilitem que uma empresa obtenha empréstimos em condições de pagamento razoável para dispor de capital de risco com base em garantias pessoais.

Com relação ao *sistema de trabalho*, falamos das três instituições seguintes:

1. Instituições que desvinculem o acoplamento não saudável entre o aprender e o trabalhar. Fora das organizações de trabalho na vida espiritual livre o aprendizado deve estar completamente a serviço do desenvolvimento da personalidade. Se apenas se aprende o que é útil, o processo de aprendizagem resseca. Dentro das organizações de trabalho, poderia surgir uma relação completamente nova entre aprender e trabalhar através de uma nova cultura do "aprendizado", poderia



crescer um aprendizado do trabalho a partir da experiência. Experiências no trabalho oferecem um tesouro de oportunidades de aprendizado. Para isto é necessário que sejam criadas instituições apropriadas.

2. Instituições que desfaçam o acoplamento inadequado entre capacidade e remuneração. A determinação de um ganho justo não tem tanto a ver com *minhas capacidades* e sim com as *necessidades do outro*. O ponto de partida é a pergunta: "Qual a parte que cabe a mim na relação com o outro?" Ganhar dinheiro significa satisfazer as necessidades mútuas. Deveríamos ter instituições em que sob este espírito se negocie mutuamente a repartição do resultado gerado conjuntamente.

3. Instituições que desfaçam o acoplamento inadequado de remuneração e trabalho. A motivação para o trabalho e para assumir responsabilidades não deveria surgir da contrapartida que recebemos pelo resultado do trabalho (remuneração), mas deveria surgir a partir do sentido da própria atividade em função do outro. Mas, para que isso seja possível, teremos que organizar instituições que permitam à empresa e ao trabalhador nesta empresa trabalhar "em função do cliente".

Com relação ao *sistema de mercadorias*, falamos também sobre três instituições:

1. Coordenação setorial sobre a questão de como as empresas devem aplicar as capacidades disponíveis e se estas devem ser ampliadas ou reduzidas numericamente.

2. Negociação associativa entre representantes de produtores, comerciantes e consumidores, tanto no que diz respeito ao futuro (acordos), quanto com relação ao passado (aprender com as experiências no mercado).

3. Perceber e tornar conhecidas as necessidades dos consumidores através de agentes de consumidores.

O leitor deverá ter notado que as diversas instituições têm diferentes orientações. Algumas se dirigem mais para a vida espiritual: o doar, o aprender, o aplicar capacidade; outras se voltam mais para a vida do

direito: direitos de propriedade, distribuição justa da remuneração, acordos entre parceiros comerciais; e outras, por sua vez, se voltam mais para as questões da vida econômica: a satisfação da necessidade de capital, trabalhar em função da satisfação das necessidades de outros, tornar conhecidas as necessidades.

Quem se aprofundar nessas nove instituições descobrirá como elas se apoiam, viabilizando-se mutuamente. Podemos representar em pensamento o funcionamento destas instituições e então vivenciar como elas se entrelaçam, formando processos e ciclos, tanto horizontais quanto verticais. As instituições formam um todo orgânico.

Para concluir esta série de artigos resistirei à tentação de dar vida a esta ecologia institucional. Apesar da brevidade dos artigos, talvez tenha sido possível despertar de uma noção de como, por meio de que tipo de instituições, a trimembrança social pode ser concretizada gradativamente através das pessoas a respeito de que tipo de instituição é necessária para que gradativamente se introduza a trimembrança social. Afinal, todas as instituições são de caráter macro-social, e devem, portanto, lançar raízes na vida do direito, na vida política, na estrutura da sociedade. Por outro lado, é possível em novas e pequenas organizações - mas também em maiores já existentes - criar instituições que, do ponto de vista da intenção, caminhem na mesma direção. No âmbito delas os envolvidos podem praticar as capacidades necessárias para atuar nestas novas instituições. E, a partir daí, podem - se a empresa tiver uma comunicação suficientemente aberta com relação à ordem estabelecida - influenciar, impulsionar, introduzir ações que abram o caminho para uma gradativa ampliação e difusão destas instituições.

É neste sentido que procuramos elucidar a forma de atuação da lei social principal formulada por Rudolf Steiner. Essa lei não prescreve como se deve agir. Ela ajuda as pessoas a entenderem por que certas instituições não contribuem para o bem-estar geral e por que outras, por outro lado, sim, têm um efeito renovador sobre a sociedade.

Finalizando, ainda uma observação pessoal. Em resposta aos meus artigos, recebi perguntas solicitando comentários. Perguntaram se também poderia mostrar exemplos práticos destas instituições em algu-



ma parte. Espero que isto seja possível num futuro próximo. Os artigos não podem ser muito longos. Tudo tem as suas limitações. Eu tinha a necessidade de olhar, a partir da lei social principal, para os tipos de instituições que esta lei nos aponta. *As qualidades pessoais do empreendedor* não faziam parte do tópico, e da mesma forma também não estava incluído o produto que o empreendedor vai gerar ou o serviço que ele presta. Obviamente estes dois aspectos são importantes na relação com os clientes. Os presentes artigos enfocavam apenas as instituições sociais. Meu objetivo era criar uma visão de conjunto destas instituições, para que pudessem ser vistas em suas interdependências, suas interrelações. Neste contexto, poderemos numa seqüência de novos artigos abordar estas questões e descrever exemplos.